

no qual classificou os candidatos na escala inteira de 0 a 100 em cada indicador de avaliação.

Nas várias votações, cada membro do júri deve respeitar a ordenação que apresentou, não sendo permitidas abstenções. A primeira votação destina-se a determinar o candidato a colocar em primeiro lugar. No caso de um candidato obter mais de metade dos votos dos membros do júri presentes na reunião, fica desde logo colocado em primeiro lugar. Caso tal não se verifique, repete-se a votação depois de retirado o candidato menos votado na primeira votação. Se houver empate entre dois, ou mais, candidatos na posição de menos votado, procede-se a uma votação sobre eles para desempatar, e se ainda assim o empate persistir, o presidente do júri decide qual o candidato a retirar. O processo repetir-se-á até que um candidato obtenha maioria absoluta para ficar classificado em primeiro lugar. Repete-se o mesmo processo para obter o candidato classificado em segundo lugar, e assim sucessivamente até que se obtenha uma lista ordenada de todos os candidatos.

Sempre que se verifique igualdade de número de votos em todos os candidatos a votação, o presidente do júri tem voto de qualidade nos termos do artigo 12.º do Regulamento de Recrutamento, Seleção e Contratação do Pessoal Docente de Carreira do ISCTE-IUL.

4 — O júri delibera sobre a necessidade de proceder à realização de audições públicas dos candidatos admitidos, as quais, a realizarem-se, obedecem ao preceituado nos artigos 8.º, n.º 2 e 20 do Regulamento de Recrutamento, Seleção e Contratação do Pessoal Docente de Carreira do ISCTE-IUL.

VII — Constituição do Júri

O júri é presidido, por delegação da Sr.ª Reitora, pela Doutora Helena Maria Barroso Carvalho, professora associada com agregação do ISCTE-IUL e constituído pelos seguintes professores, que no entendimento da Comissão Científica do Departamento de Recursos Humanos e Comportamento Organizacional do ISCTE-IUL, pertencem à área disciplinar para que é aberto o concurso:

Doutora Maria José Chambel, Professora Associada com agregação na Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa;

Doutor Jorge Gomes, Professor Associado com agregação no Instituto Superior de Economia e Gestão Universidade de Lisboa;

Doutor Pedro Neves, Professor Associado com agregação no NOVA SBE, Universidade Nova de Lisboa;

Doutor António Caetano, Professor Catedrático do ISCTE — IUL;

Doutora Silvia Costa Agostinho da Silva, Professora Associada do ISCTE-IUL.

VIII — Das listas de candidatos admitidos e excluídos bem como da lista de classificação final e ordenação dos candidatos, será dado conhecimento aos interessados mediante notificação eletrónica. O processo de concurso pode ser consultado pelos/as candidatos/as na Unidade de Recursos Humanos, nos termos indicados na referida notificação.

IX — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

22 de novembro de 2018. — A Reitora, *Maria de Lurdes Rodrigues*.
311849672

Edital n.º 1222/2018

Torna-se público que por meu despacho de 17 de julho de 2018 se encontra aberto, pelo prazo de trinta dias úteis a contar do dia imediato ao da publicação do presente edital no *Diário da República*, concurso documental internacional de recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para 1 (um) posto de trabalho para a categoria de Professor/a Associado, na área disciplinar de Ciências da Comunicação do Departamento de Sociologia do ISCTE-IUL. O concurso é aberto nos termos dos artigos 37.º a 51.º e 62.º-A do Estatuto da Carreira Docente Universitária, anexo ao Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, e alterado pela Lei n.º 8/2010, de 13 de maio, adiante designado por ECDU, e demais legislação aplicável, designadamente do Regulamento de Recrutamento, Seleção e Contratação de Pessoal Docente de Carreira do ISCTE-IUL, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 193, de 4 de outubro de 2010, e esgota-se com o posto de trabalho colocado a concurso. A avaliação do período experimental é feita nos termos do Regulamento do Regime de Vinculação do Pessoal Docente do ISCTE-IUL tendo em conta o estabelecido no Regulamento de Serviço dos Docentes do ISCTE-IUL e no Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes do ISCTE-IUL.

1 — Requisitos de admissão

1 — Ser titular do grau de doutor há mais de 5 (cinco) anos na área de Ciências da Comunicação ou em área considerada adequada

ao concurso pela maioria dos membros do júri. Caso o doutoramento tenha sido conferido por instituição de ensino superior estrangeira, o mesmo tem de ser reconhecido por instituição de ensino superior portuguesa, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12 de outubro. Para mais informações consulte <http://www.dges.gov.pt/pt/pagina/registo-de-diploma>

2 — Possuir domínio das línguas portuguesa e inglesa, faladas e escritas.

II — Apresentação das candidaturas

1 — As candidaturas são entregues, pessoalmente, durante o horário normal de expediente, ou remetidas por correio, registado e com aviso de receção, até ao termo do prazo, para Unidade de Recursos Humanos do ISCTE-IUL, sita na Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa.

2 — Não são aceites candidaturas enviadas por correio eletrónico.

III — Local de trabalho

ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal

IV — Instrução da candidatura

A candidatura é instruída com os seguintes documentos:

1 — Requerimento dirigido à Reitora do ISCTE-IUL, solicitando a aceitação da candidatura e de onde conste nome completo e nome adotado em referências bibliográficas, número e data do bilhete de identidade ou número de identificação civil, residência ou endereço de contacto, incluindo endereço eletrónico, contacto telefónico e situação laboral presente. No requerimento o candidato deve, obrigatoriamente, manifestar o seu consentimento para que as comunicações e notificações no âmbito do procedimento concursal possam ter lugar por correio eletrónico indicando o respetivo endereço (ver documento tipo em <https://www.iscte-iul.pt/conteudos/iscte-iul/quem-somos/trabalhar-no-iscte-iul/990/concursos>).

2 — Documentos comprovativos do preenchimento dos requisitos exigidos nos pontos 1 e 2 do número 1 do presente edital.

2.1 — Os/As titulares do grau de doutor/a obtido no estrangeiro têm de apresentar documento comprovativo do seu reconhecimento por instituição de ensino superior portuguesa, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12 de outubro devendo quaisquer formalidades aí estabelecidas estar cumpridas até à data do termo do prazo para a candidatura.

2.2 — Os/As candidatos/as têm de apresentar declaração, sob compromisso de honra, do domínio das línguas portuguesa e inglesa a um nível que permita a lecionação nessas línguas.

3 — Dois exemplares em formato eletrónico (pdf) de um plano curricular e pedagógico de uma unidade curricular (UC) de um ciclo de estudos do ISCTE-IUL, desenvolvido na área disciplinar para que é aberto o concurso, que revista a forma de texto (máximo de 20 páginas A4, letra com fonte mínima 11) e que contemple os seguintes aspetos: objetivos gerais, objetivos de aprendizagem, programa, processo de avaliação, processo de ensino-aprendizagem, bibliografia básica, bibliografia complementar, justificação científica da UC e perspetiva pedagógica da UC (ver documento tipo em <https://www.iscte-iul.pt/conteudos/iscte-iul/quem-somos/trabalhar-no-iscte-iul/990/concursos>). Pode ainda ser anexado a este plano pedagógico algum material pedagógico (slides ou outro material considerado relevante para o concurso em questão) relativo à referida unidade curricular.

4 — Dois exemplares em formato eletrónico (pdf) de um projeto de investigação trienal original (isto é, que não corresponda a um projeto já financiado ou já concluído) que contemple os seguintes aspetos: estado da arte, objetivos, metodologia e resultados esperados (máximo de 20 páginas A4, letra com fonte mínima 11) (ver documento tipo em <https://www.iscte-iul.pt/conteudos/iscte-iul/quem-somos/trabalhar-no-iscte-iul/990/concursos>).

5 — Um (1) exemplar, impresso ou policopiado, e dois (2) em formato eletrónico não editável (pdf) do *curriculum vitae* do/a candidato/a, com a indicação das obras e trabalhos efetuados e publicados, bem como da atividade pedagógica desenvolvida. O/A candidato/a tem de assinalar 7 (sete) trabalhos e/ou obras que considere mais representativos da atividade desenvolvida na área disciplinar para que o concurso é aberto e indicar os 7 (sete) artigos que considere responder ao critério de admissão em mérito absoluto. O *curriculum vitae* dos/as candidatos/as tem obrigatoriamente de ser organizado de acordo com os critérios de avaliação constantes no ponto VI deste edital.

6 — Dois (2) exemplares de cada um dos trabalhos mencionados no curriculum. Os trabalhos podem ser entregues em suporte papel ou em formato eletrónico não editável (pdf).

7 — Quaisquer outros elementos relevantes que ilustrem a sua aptidão para o exercício do cargo a prover.

8 — Não é exigida a apresentação de documentos comprovativos da posse dos requisitos gerais de constituição de relação jurídica de emprego público, bastando a declaração do/a candidato/a, sob compromisso de honra, no requerimento de candidatura ou em documento à parte, da

situação precisa em que se encontra relativamente ao conteúdo de cada uma das seguintes alíneas:

- a) Não estar inibido/a do exercício de funções públicas ou interdito/a para o exercício das funções a que se candidata;
- b) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

9 — Os documentos que instruem a candidatura têm de ser apresentados em língua portuguesa ou inglesa. A não apresentação dos documentos exigidos nos termos do presente edital, a sua apresentação fora do prazo estipulado ou a apresentação de documento falso determina a exclusão do procedimento.

V — Critério de avaliação em mérito absoluto

Encontrando-se as candidaturas devidamente instruídas de acordo com o exigido no presente edital, a admissão em mérito absoluto dos/as candidatos/as depende da posse de currículo global, que o júri considere revestir mérito científico e pedagógico compatível com a área disciplinar de Ciências da Comunicação, e que demonstre que o/a candidato/a possui sólida formação teórica e metodológica, bem com um perfil orientado para a investigação e o ensino, cumulativamente com a apresentação pelo/a candidato/a de, pelo menos, 7 (sete) artigos publicados, ou aceites definitivamente para publicação, no domínio das Ciências da Comunicação, em revistas científicas indexadas na Web of Science, SCOPUS ou ERIH Plus.

VI — Método de seleção e critérios de avaliação

1 — Aos/As candidatos/as aprovados/as em mérito absoluto será aplicado o método de seleção da Avaliação Curricular de acordo com os critérios de avaliação definidos no ponto seguinte.

2 — Critérios de avaliação

A ordenação dos candidatos ao concurso terá por fundamento o mérito científico e pedagógico e dos candidatos na área das Ciências da Comunicação, de acordo com os seguintes fatores:

A) Mérito científico (65 %)

Na avaliação do mérito científico, ter-se-á em consideração os seguintes itens, devendo ser ponderados em 50 % os itens curriculares em Teorias da Comunicação e Cultura Digital, nos Estudos da Comunicação e Género e nos Estudos de Comunicação e Participação Política:

A1) Produção científica (25 %) — livros, capítulos em livros, artigos em revistas científicas e em atas de reuniões de natureza científica (conferências, colóquios, congressos, seminários, etc.); apresentação de comunicações ou posters em eventos científicos nacionais ou internacionais; organização de eventos científicos nacionais ou internacionais.

Na avaliação deste parâmetro deve ser tida em consideração a quantidade, a originalidade e a diversidade da produção, a autonomia científica revelada, o grau de internacionalização, o reconhecimento pela comunidade científica (prémios ou outras formas de reconhecimento e distinção da comunidade científica, académica ou profissional) e o impacto da produção e divulgação científica.

A2) Projetos científicos (20 %) — participação em projetos científicos com financiamento nacional ou internacional (público ou privado). Na avaliação deste critério deverá ser tida em consideração a quantidade, o grau de inserção do projeto (rede nacional ou internacional), o caráter competitivo do projeto em termos de financiamento, o contributo em termos de património e recursos para as estruturas de investigação e o tipo de envolvimento do investigador (coordenador ou participante). Dentro deste item deverá também ser avaliado a qualidade e relevância do projeto de investigação trienal referido em IV-4.

A3) Coordenação e liderança científica (5 %) — criação e liderança de equipas de investigação, de gestão científica de unidades orgânicas e de investigação e de coordenação/liderança de órgãos de gestão científica e académicas de institutos, escolas, departamentos e unidades de investigação. Na avaliação deste parâmetro deverão ser tidas em consideração a duração da atividade e a amplitude da função.

A4) Avaliação científica (15 %) — participação em júris nacionais ou internacionais de provas académicas e a participação em painéis nacionais ou internacionais de avaliação e consultoria científica de bolsas, projetos, investigadores ou unidades de investigação, participação em comissões de eventos científicos, colaboração ativa na edição, avaliação e revisão de publicações científicas nacionais ou internacionais. Na avaliação deste parâmetro deverão ser tidas em consideração o número, o papel desempenhado e diversidade das atividades.

B) Mérito pedagógico (25 %)

Na avaliação do mérito pedagógico ter-se-á em consideração os seguintes itens:

B1) Atividade docente (7,5 %) — lecionação de unidades curriculares, o grau de envolvimento na gestão das unidades curriculares (docente ou coordenador). Na avaliação deste critério deverão ser tidas em con-

sideração o número e diversidade das unidades curriculares lecionadas e a avaliação do desempenho pedagógico.

B2) Inovação pedagógica (2,5 %) — promoção de iniciativas pedagógicas tendentes a melhorar os processos de ensino e aprendizagem, elaboração de novos cursos de graduação e pós-graduação ou de novas unidades curriculares e reestruturação de planos de estudos ou de unidades curriculares, participação em estruturas de âmbito pedagógico, promoção e dinamização de processos de melhoria da atividade pedagógica de ciclos de estudo ou de outras atividades de ensino. Na avaliação deste parâmetro deverão ser tidas em consideração o número, natureza e diversidade das atividades.

B3) Orientação (5 %) — orientação de dissertações, teses e de projetos de pós-doutoramento e a excelência científica dos trabalhos supervisionados. Na avaliação deste parâmetro deverão ser tidas em consideração o número e diversidade das orientações em qualquer nível de ciclo de estudos, com consideração das já concluídas e das em curso.

B4) Plano curricular pedagógico referido no ponto IV-3 do presente edital (10 %).

C) Extensão universitária (5 %). Na avaliação da participação em tarefas de extensão universitária ter-se-á em consideração as prestações de serviços no âmbito da valorização económica e social do conhecimento; os programas de formação contínua, de intercâmbio de experiências, cursos e seminários destinados à divulgação de conhecimentos; outras atividades relevantes, designadamente serviço à comunidade no âmbito da organização, serviço de cooperação e consultadoria a outras instituições.

D) Serviço à instituição (5 %). Na avaliação da participação em órgãos universitários ter-se-á em consideração a realização de atividades resultantes da participação em órgãos de gestão universitária, incluindo coordenação de cursos e participação em comissões científicas, promoção da instituição, comissões *ad hoc*, recrutamento de novos alunos e demais atividades para o regular funcionamento das instituições de ensino superior.

3 — Ordenação e metodologia de votação

A deliberação é tomada por maioria absoluta, isto é, por metade mais um dos votos dos membros do júri presentes na reunião. Para o efeito, antes de se iniciarem as votações, cada membro do júri apresenta um documento escrito, que posteriormente deverá integrar a ata, no qual propõe a ordenação dos candidatos, devidamente fundamentada nos critérios de avaliação indicados no n.º 2, no qual classificou os candidatos na escala inteira de 0 a 100 em cada indicador de avaliação. Nas várias votações, cada membro do júri deve respeitar a ordenação que apresentou, não sendo permitidas abstenções. A primeira votação destina-se a determinar o candidato a colocar em primeiro lugar. No caso de um candidato obter mais de metade dos votos dos membros do júri presentes na reunião, fica desde logo colocado em primeiro lugar. Caso tal não se verifique, repete-se a votação depois de retirado o candidato menos votado na primeira votação. Se houver empate entre dois ou mais candidatos na posição de menos votado, procede-se a uma votação sobre eles para desempatar, e se ainda assim o empate persistir, o presidente do júri decide qual o candidato a retirar. O processo repete-se até que um candidato obtenha maioria absoluta para ficar classificado em primeiro lugar. Repete-se o mesmo processo para obter o candidato classificado em segundo lugar, e assim sucessivamente até que se obtenha uma lista ordenada de todos os candidatos. Sempre que se verifique igualdade de número de votos em todos os candidatos a votação, o presidente do júri tem voto de qualidade nos termos do artigo 12.º do Regulamento de Recrutamento, Seleção e Contratação do Pessoal Docente de Carreira do ISCTE-IUL.

4 — Audições públicas

O júri delibera sobre a necessidade de proceder à realização de audições públicas dos/as candidatos/as admitidos/as, as quais, a realizarem-se, obedecem ao preceituado nos artigos 8.º, n.º 2 e 20 do Regulamento de Recrutamento, Seleção e Contratação do Pessoal Docente de Carreira do ISCTE-IUL.

VII — Constituição do júri

O júri é presidido pelo Doutor António Manuel Hipólito Firmino da Costa, Professor Catedrático do ISCTE-IUL, e constituído pelos seguintes professores, que no entendimento do Conselho Científico do ISCTE-IUL, pertencem à área disciplinar para que é aberto o concurso.

Vogais:

Doutor Emili Prado Pico, Professor Catedrático da Universidade Autónoma de Barcelona;

Doutor Fausto Colombo, Professore Ordinário (Catedrático) da Universidade Católica de Milão;

Doutor João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes, Professor Catedrático da Universidade do Porto;

Doutora Maria Helena Costa de Carvalho e Sousa, Professora Cate-
drática da Universidade do Minho;

Doutor Gustavo Alberto Guerreiro Seabra Leitão Cardoso, Professor
Catedrático do ISCTE-IUL.

VIII — Das listas de candidatos/as admitidos/as e excluídos/as bem
como da lista de classificação final e ordenação dos/as candidatos/as
será dado conhecimento aos interessados/as mediante notificação através
de endereço eletrónico. O processo de concurso poderá ser consultado
pelos/as candidatos/as na Unidade de Recursos Humanos, nos termos
indicados na referida notificação.

IX — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição,
a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove
uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres
no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando
escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação,
também adotando uma linguagem inclusiva.

26 de novembro de 2018. — A Reitora, *Maria de Lurdes Rodrigues*.
311857545

Edital n.º 1223/2018

Torna-se público que, por meu despacho de 17 de julho de 2018 se
encontra aberto, pelo prazo de trinta dias úteis, a contar do dia imediato
ao da publicação do presente Edital no *Diário da República*, concurso
documental internacional de recrutamento, na modalidade de contrato
de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para um
posto de trabalho para a categoria de Professor/a Catedrático/a, na área
disciplinar de Sociologia do ISCTE-IUL.

O concurso é aberto nos termos dos artigos 37.º a 51.º e 62.º-A do
Estatuto da Carreira Docente Universitária, anexo ao Decreto-Lei
n.º 205/2009, de 31 de agosto, e alterado pela Lei n.º 8/2010, de 13 de
maio, adiante designado por ECDU, e demais legislação aplicável, de-
signadamente do Regulamento de Recrutamento, Seleção e Contratação
de Pessoal Docente de Carreira do ISCTE-IUL, publicado no *Diário da
República*, 2.ª série, n.º 193, de 4 de outubro de 2010, e esgota-se com
o preenchimento do posto de trabalho colocado a concurso.

A avaliação do período experimental, quando aplicável, é feita nos
termos do Regulamento do Regime de Vinculação do Pessoal Docente
do ISCTE-IUL tendo em conta o estabelecido no Regulamento de Ser-
viço dos Docentes do ISCTE-IUL e no Regulamento de Avaliação de
Desempenho dos Docentes do ISCTE-IUL em vigor aquando da ad-
missão.

I — Requisitos de admissão

1 — Ser titular do grau de doutor há mais de cinco anos, na área de
Sociologia. Caso o doutoramento tenha sido conferido por instituição
de ensino superior estrangeira, o mesmo tem de ser reconhecido por
instituição de ensino superior portuguesa, nos termos do disposto no
artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12 de outubro.

2 — Ser detentor do título de agregado na área de Sociologia.

3 — Possuir domínio da língua portuguesa falada e escrita.

II — Apresentação das candidaturas

1 — As candidaturas devem ser entregues, pessoalmente, durante
o horário normal de expediente, ou remetidas por correio, registado
e com aviso de receção, até ao termo do prazo, para Unidade de Re-
cursos Humanos do ISCTE-IUL, sita na Avenida das Forças Armadas,
1649-026, Lisboa.

2 — Não são aceites candidaturas enviadas por correio eletrónico.

III — Local de trabalho

ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa
Av. das Forças Armadas
1649-026 Lisboa, Portugal

IV — Instrução da candidatura

A candidatura deve ser instruída com os seguintes documentos:

1 — Requerimento dirigido à Reitora do ISCTE-IUL, solicitando a
aceitação da candidatura e de onde devem constar nome completo, nome
adotado em referências bibliográficas, número e data do bilhete de iden-
tidade ou número de identificação civil, residência ou endereço de con-
tacto, endereço eletrónico, contacto telefónico e situação laboral presente.
No requerimento o candidato/a tem de manifestar o seu consentimento
para que as comunicações e notificações no âmbito do procedimento
concursal possam ter lugar por correio eletrónico indicando o respetivo
endereço (modelo disponível em <https://www.iscte-iul.pt/conteudos/isc-teiul/quem-somos/trabalhar-no-iscte-iul/990/concursos>).

2 — Documentos comprovativos do preenchimento dos requisitos
exigidos nos pontos 1, 2 e 3 do número I do presente edital.

2.1 — Os titulares do grau de doutor obtido no estrangeiro têm de
apresentar documento comprovativo do seu reconhecimento por insti-
tuição de ensino superior portuguesa, nos termos do disposto no Decreto-
-Lei n.º 341/2007, de 12 de outubro devendo quaisquer formalidades
aí estabelecidas estar cumpridas até à data do termo do prazo para a
candidatura.

2.2 — Os candidatos/as têm de apresentar declaração, sob compro-
misso de honra, do domínio da língua portuguesa a um nível que permita
a lecionação nessa língua.

3 — Um (1) exemplar, impresso ou policopiado, e dois (2) em formato
eletrónico não editável (pdf) do *curriculum vitae* do candidato/a, com
a indicação das obras e trabalhos efetuados e publicados, bem como da
atividade pedagógica desenvolvida. O candidato/a deve assinalar cinco
(5) trabalhos e/ou obras que considere mais representativos da atividade
desenvolvida na área disciplinar para que o concurso é aberto e elencar
os artigos que correspondem às exigências constantes no ponto V do
presente edital indicando o respetivo ISSN ou ISBN. O curriculum
dos candidatos/as, deve ser organizado de acordo com os critérios de
avaliação constantes no ponto VI deste edital.

4 — Dois (2) exemplares de cada um dos trabalhos mencionados no
curriculum. Os trabalhos podem ser entregues em suporte papel ou em
formato eletrónico não editável (pdf).

5 — Quaisquer outros elementos relevantes que ilustrem a sua aptidão
para o exercício do cargo a prover.

6 — Não é exigida a apresentação de documentos comprovativos
da posse dos requisitos gerais de constituição de relação jurídica de
emprego público, bastando a declaração do candidato, sob compromisso
de honra, no requerimento de candidatura ou em documento à parte, da
situação precisa em que se encontra relativamente ao conteúdo de cada
uma das seguintes alíneas:

a) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito
para o exercício das funções a que se candidata;

b) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exer-
cício das funções e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

7 — Os documentos que instruem a candidatura devem ser apresen-
tados em língua portuguesa ou inglesa.

8 — A não apresentação dos documentos exigidos nos termos do
presente edital, a sua apresentação fora do prazo estipulado ou a apre-
sentação de documento falso determina a exclusão do procedimento.

V — Critério de avaliação em mérito absoluto

Encontrando-se as candidaturas devidamente instruídas de acordo
com o exigido no presente edital, a admissão em mérito absoluto dos
candidatos dependerá da posse de currículo na área disciplinar colocada
a concurso que satisfaça, cumulativamente, os seguintes requisitos
mínimos:

a) Publicação de dez textos científicos nos últimos dez anos, sob
a forma de artigos, livros científicos ou capítulos de livros, dos quais
pelo menos sete artigos publicados ou aceite para publicação, na área
da Sociologia, em revistas científicas identificadas no Regulamento de
Avaliação de Desempenho dos Docentes do ISCTE-IUL;

b) Orientação ou coorientação de duas teses de doutoramento con-
cluídas e aprovadas;

c) Coordenação de um projeto de investigação com financiamento;

d) Coordenação de duas unidades curriculares;

e) Coordenação de um curso ou o desempenho de cargos de gestão
universitária em órgãos de governo ou de coordenação central, bem como
em unidades orgânicas descentralizadas de ensino ou de investigação.

VI — Método de seleção e critérios de avaliação

1 — Aos candidato/as aprovados em mérito absoluto é aplicado o
método de seleção Avaliação Curricular de acordo com os critérios
definidos no ponto seguinte.

2 — Critérios de avaliação

A ordenação dos candidatos ao concurso tem por fundamento, o
mérito científico e pedagógico dos candidatos na área de Sociologia,
tendo em consideração o perfil definido no presente edital e os seguintes
fatores:

A — Mérito científico (50 %)

Na avaliação do mérito científico, tem-se em consideração os se-
guintes itens:

A-1) Produção científica (20 %) — obras, projetos, livros, capítulos
em livros, artigos em revistas científicas e em atas de reuniões de natureza
científica (conferências, colóquios, congressos, seminários, jornadas,
fóruns etc.); participação ativa em eventos nacionais ou internacionais,
organização de eventos científicos nacionais ou internacionais. Na ava-